



*Junia*  
*ef*  
*or.*  
*MF*

**3.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ENVOLVENTE URBANA DO RIO PAVIA**  
**UISEU**  
**CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL – ATA**  
**13-06-2018**

Aos 13 dias do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas 10 horas e 30 minutos, realizou-se nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), a Conferência Procedimental (CP), tendo por objeto a proposta da 3.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do rio Pavia, apresentada pela Câmara Municipal de Viseu (CMV), nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 5 do artigo 86º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio.

Face às características da alteração proposta foi convocada a Direção Geral do Território (DGT), em função dos interesses a ponderar na área do plano. Determina o RJIGT no seu artigo 85.º, nº2, que as entidades convocadas para a CP se pronunciem sobre os seguintes aspetos:

- a) Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; e
- b) Conformidade ou compatibilidade a proposta do plano com os programas territoriais existentes.

A CMV foi convidada para estar presente na reunião, enquanto entidade responsável pela elaboração da proposta de alteração ao PP, para prestar esclarecimentos sobre a mesma.

Constam da folha anexa ao processo o registo de presenças na reunião.

A CMV disponibilizou na PCGT a proposta da 3.ª Alteração ao Pormenor da Envolvente Urbana do rio Pavia (PPEURP), instruída com os seguintes elementos:

- Termos de referência e oportunidade;
- Elementos instrutórios do procedimento administrativo sobre a decisão de elaboração;
- Consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas sobre a qualificação do plano para efeitos de avaliação ambiental estratégica;
- Relatório de fundamentação das alterações propostas;
- Regulamento;
- 01 - Planta indicativa das alterações;
- 02 - Planta de implantação;
- 02 e 03 - Planta de trabalho 1;
- 04 e 05 - Planta de trabalho 2;
- 07 - Planta de reparcelamento e expropriações;
- 08 - Extrato da planta de ordenamento do PDM;
- 09 - Planta da estrutura verde;



Ministério do Planejamento e das Infraestruturas  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

JunAr  
A  
X  
ef  
or.  
M6

- 10 - Planta de delimitação das zonas mistas e sensíveis;
- 11 e 12 - Planta e cortes por área: Calçada do Viriato (11) e área nascente da Calçada do Viriato (12).

### I - ABERTURA DA REUNIÃO

A representante da CCDRC abriu a reunião, agradecendo a presença de todos. Fez o seu enquadramento legal, referindo que esta visava dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 86º do RJGT e reunir, num momento único, as posições de todas as entidades representativas dos interesses a ponderar na área em causa.

Salientou ainda que, nos termos do n.º 3 do artigo 84º (por remissão do n.º 3 do artigo 86º), caso o representante da entidade não manifeste, na CP, a sua discordância com as soluções projetadas ou não compareça à reunião, nem o serviço ou entidade que representa manifeste a sua posição até à data da mesma, considera-se nada ter a opor à proposta.

Após a CP, a CCDRC colocará na PCGT a Ata da presente reunião.

Nos termos do artigo 87º do mesmo regime, nos 20 dias subsequentes à realização desta conferência, a CMV pode promover reuniões de concertação com a DGT caso esta tenha discordado expressa e fundamentadamente da proposta, tendo em vista obter uma solução concertada.

Estabelece ainda o RJGT que, na ausência de consenso, a CMV elabore a versão final da proposta do plano a submeter a discussão pública, optando pelas soluções que considere mais adequadas, mas salvaguardando a respetiva legalidade (cf. o n.º 2 do artigo 87º do RJGT).

### II - PRONÚNCIA DAS ENTIDADES

Passou-se em seguida a palavra às entidades para comunicação das respetivas posições.

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

As representantes da CCDRC transmitiram o parecer de teor **favorável** à proposta de alteração ao plano, que deve considerar a correção e o completamento dos aspetos a seguir identificados:

#### **1. Antecedentes**

O PPEURP, elaborado no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros



Ministério do Planeamento e das Infraestruturas  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

João Azeiteiro  
A.S.  
→  
el  
ent  
176

n.º 23/2003, de 23/01, publicada no Diário da República (DR) n.º 42, 1.ª série – B, em 19/02/2003.

Durante a sua vigência foi objeto de uma 1.ª alteração por adaptação publicada através do Aviso 8348/2012 no DR n.º 118, 2.ª série, em 20/06, e de uma 2.ª alteração publicada através do Aviso n.º 3145/2013, no DR n.º 44, 2ª série, em 4/03, determinada pela necessidade de introduzir alguns ajustamentos ao Plano.

## **2. Enquadramento da Alteração ao Plano**

### **2.1 Enquadramento Territorial e Objetivos**

A área de intervenção do PPEURP é de 44,70ha e encontra-se identificada na *revisão* do Plano Diretor Municipal (PDM) de Viseu como UOPG 1.5.

O Relatório informa que durante a vigência deste instrumento veio a constatar-se a modificação de circunstâncias ambientais, económicas, sociais e culturais, bem como a entrada em vigor de novas leis e regulamentos, que determinaram esta nova proposta de alteração (3.ª).

Neste contexto, a intenção do município de Viseu passa por revitalizar o centro histórico, que tem cerca de 25% do edificado em elevado estado de degradação, sendo escassos os edifícios dotados de garagem ou estacionamento privado.

Com o processo de reabilitação em curso verifica-se um aumento significativo de residentes e de atividades económicas, bem como do fluxo de viaturas nesta área, tornando-se necessária a melhoria das condições de mobilidade e estacionamento. Para o efeito, a CMV propõe soluções amigas do ambiente, designadamente parques de estacionamento de apoio ao centro histórico: reabilitação de aparcamentos existentes e criação de novas infraestruturas. A concretização desta proposta permitirá devolver à cidade, para encontro e convívio, as praças e largos agora indevidamente ocupados com automóveis.

A CM de Viseu pretende, assim, introduzir alterações no PPAERP, que permitam intervir no espaço urbano público e privado, paralelamente às ações que vem desenvolvendo no âmbito da reabilitação de edifícios destinados a habitação e atividades económicas, estimulando a ocupação do seu centro histórico.

Assim, tendo em conta a necessidade de adequação do PP à evolução das condições económicas sociais e culturais, CMV fundamentou esta proposta no artigo 118.º o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), embora tenha também enquadramento na al. a) do n.º 2 do artigo 115.º do estabelecido pelo DL n.º 80/2015, de 14/05.





Ministério do Planeamento e das Infraestruturas  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

*Jun Am*  
*A.*  
*X*  
*e*  
*er.*  
*HL*

De acordo com os elementos enviados a presente proposta contempla o seguinte:

- Alteração de uma área de verde privado para área destinada a estacionamento, no logradouro do n.º 49 da Rua Silva Gaio;
- Anulação da Unidade de Execução/UE7 face à redefinição dos limites da propriedade e alteração do uso previsto para a parcela 83, de equipamento hoteleiro para uso misto, sendo ainda reconfigurada implantação e adotada uma volumetria compatível com a envolvente (2 pisos);
- Reconfiguração da parcela 86, afeta ao Centro de Mobilidade de Viseu, por exigências funcionais relacionadas com a ampliação do mesmo, ficando incluídas nesta as anteriores parcelas 13, 14 e 15, bem como uma área verde de uso público.
- Atualização dos limites da parcela 72 – Estacionamento da Estação Superior do Funicular.

## 2.2 Enquadramento Legal

A decisão de elaboração da 3.ª alteração ao PPEURP foi aprovada pela CMV, na sua reunião pública realizada a 23/03/2017, publicada sob o Aviso n.º 7779/2017, no DR n.º 131, 2.ª série, de 10/07, estabelecendo a oportunidade e prazo de elaboração, os termos de referência, bem como o período e locais de participação preventiva.

Face ao teor do parecer emitido pela CCDRC, através do ofício de referência DOTCN 587/17 de 24/11, considerando desnecessária a realização do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), em acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 120º do RJIGT e no n.º 3 do artigo 3º do DL n.º 232/2007, de 15/06, na sua atual redação, a CMV, em reunião pública realizada em 28/12/2017, deliberou dispensar esta alteração do procedimento de AAE, tendo publicado essa decisão no Portal do Município.

A alteração segue o procedimento previsto no artigo 86.º do RJIGT (Planos de Urbanização e Planos de Pormenor), com as devidas adaptações, porquanto nos termos do n.º 1 do artigo 119.º do RJIGT, a 3.ª alteração ao PP em apreço segue, genericamente, os procedimentos previstos, no que concerne à sua elaboração, aprovação e publicação.

Foram cumpridas as disposições legais e regulamentares no que respeita à deliberação (n.º 1 do artigo 76.º), à participação preventiva (n.º 1 do artigo 76.º e n.º 2 do artigo 88.º, RJIGT), à publicação no DR (al. c), do n.º 4 do artigo 191.º) e à publicitação (n.º 1 do artigo 76.º e n.º 2 do artigo 192.º).

Não foi detetado no processo qualquer menção sobre o resultado e ponderação da participação preventiva, sendo necessário complementar este aspeto, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Regime acima citado.



Ministério do Planeamento e das Infraestruturas  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

Jun Am  
A.  
+ E  
ef  
ex.  
MF

### 2.3. Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial

Para a área de intervenção deste plano encontra-se em vigor a 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Viseu, publicado através do Aviso n.º 12115/2013 no DR n.º 188, 2.ª série, de 30/09, o qual foi objeto de suspensão parcial e estabelecimento de medidas preventivas publicadas sob o aviso n.º 6287/2016, no DR n.º 96, 2.ª série, de 18/05 e de correção material publicada através do aviso n.º 8560/2016, no DR n.º 129, 2.ª série, de 7/07.

Tendo presente a Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo do PDM, a área do PPEURP encontra-se classificada como solo urbano, nas categorias de “Espaços residenciais” afetos a planos de pormenor eficazes, (cartografados como UOPG1.5), e uma pequena parte em “Espaços de usos especiais” (EUE). Assim, a alteração proposta não conflitua expressamente com as disposições do PDM no que respeita à classificação e qualificação do solo estabelecida, nem altera a delimitação do PP, neste plano.

### 3. Servidões e restrições de utilidade pública

Sobre a área de intervenção do PPEURP impendem as seguintes servidões de restrições de utilidade pública:

- Reserva Ecológica Nacional (REN), na tipologia “leitos dos cursos de água”, na versão publicada através da Portaria n.º 167/2015, no DR n.º 108, 1.ª série, de 04/06;
- Domínio Hídrico;
- Património:
  - Edifício do antigo seminário, atual Museu Grão Vasco (Decreto n.º 9953, DG n.º 171, de 31-07-1924) e Zona Especial de Proteção (Portaria DG, II Série, n.º 42 de 19/02/1963);
  - Zona Especial de Proteção da Igreja da Misericórdia de Viseu, classificado como monumento de Interesse Público (Portaria 690/2015, DR, 2.ª série, n.º 181, de 16/09);
- Rede Elétrica (15Kv);
- Sistemas de infraestruturas de águas residuais - Condutas.

Questiona-se se a área de recuperação e reconversão urbanística criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5/11, na sua versão mais recente, foi convertida na Área de Reabilitação Urbana de Viseu (Edital n.º 993/2015, DR n.º 215, 2.ª série, de 3/11), nos termos do artigo 78.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, que abrange o Plano em apreço.

Desde já se se refere, que **a presente alteração não põe em causa** a restrição de utilidade pública, **REN**.



Ministério do Planeamento e das Infraestruturas  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

*Jun Au*  
*Ag.*  
*X*  
*er.*  
*17*

#### 4. Cartografia

O DL nº141/2014, de 19/09 fixa a cartografia de base a utilizar nos instrumentos de gestão territorial e na representação de quaisquer condicionantes.

A cartografia numérica vetorial à escala 1:2000 não foi homologada pela Direção Geral do Território (DGT), pelo que está em desconformidade com o Regulamento n.º 142/2016, de 9/02.

Uma vez que se trata de uma temática específica, foi convocada para a Conferência Procedimental a DGT que tutela esta matéria, a quem caberá a respetiva pronúncia.

#### 5. Análise das soluções propostas e respetivos fundamentos

Verifica-se que a proposta da 3.ª alteração ao PPEURP procurou concretizar os objetivos estabelecidos na deliberação da CMV, resultantes da experiência da implementação do Plano e da constatação dos constrangimentos na sua aplicação, propondo soluções que melhor se adequam ao processo de reabilitação em curso e à realidade sócio económica, sem alterar a essência da estratégia definida inicialmente para o plano.

As alterações mais substanciais prendem-se com a criação de estacionamento público e privado, para apoiar a zona central do centro histórico, tornando-o mais apelativo, quer para habitar quer para a instalação de atividades económicas.

A requalificação do Centro de Mobilidade de Viseu, dotando-o de melhores condições de conforto e funcionamento e acrescentando-lhe novas valências, determinou a reconfiguração da área em que se encontra instalado, agregando outras parcelas e uma área verde de uso público.

##### 5.1. Peças que constituem o Plano

###### Regulamento

Em articulação com a Planta de Implantação e com a Planta de Condicionantes foram propostas as seguintes alterações ao regulamento do Plano:

###### **Artigo 3.º** - Unidades de Execução

- n.º 1 – al. g) - Revogada, uma vez que a Unidade de Execução – UE7 foi anulada, conforme referimos no ponto 2.1 deste parecer.

- n.º 4º do **Artigo 3.º** e n.º 3 **Artigo 22.º** - Perequação Compensatória

Destas normas foi retirada a Unidade de Execução – UE7.

A CMV deve rever a redação do artigo 2.º do regulamento do PP, atualizando a norma, uma vez que o se encontra em vigor a 1.ª revisão do PDM de Viseu, conforme se encontra referido no ponto 2.3 deste parecer.





Ministério do Planeamento e das Infraestruturas  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

### **Planta de Implantação**

Nesta peça gráfica, tendo em conta o relatório de fundamentação, foram introduzidas quatro alterações, a saber:

- A área de implantação da Estação do Funicular, correspondente à parcela 72, definida no PP em vigor como área verde e parque de estacionamento, com capacidade para 64 lugares, ambos de uso público. Foram ajustados os limites desta parcela, de forma a incluir a área necessária para a concretização de um parque de estacionamento com maior capacidade (área de ocupação de 653,55 m<sup>2</sup>), aproveitando o desnível do arruamento (2,5/3 pisos), mantendo, no entanto a altura inicialmente prevista.
- É proposto um estacionamento à superfície para 145 viaturas no logradouro da parcela 83, que integra quatro prédios urbanos e um terreno acessível através do n.º 49 da rua Silva Gaio, aumentando a dotação de estacionamento nesta área central, ajustando-se, em consequência, os limites das parcelas 81, 84, e 85.
- É proposta a eliminação da Unidade de Execução/UE7, face à redefinição dos limites da propriedade e alteração do uso previsto para a parcela 83, de equipamento hoteleiro para uso misto, sendo ainda reconfigurada a implantação da edificação e adotada uma volumetria compatível com a envolvente (2 pisos).
- É proposta a reconfiguração da parcela 86, afeta ao Centro de Mobilidade de Viseu, de forma a acolher a sua ampliação e adaptação, ficando incluídas nesta as parcelas 13, 14 e 15, bem como uma área verde de uso público. Esta alteração visa dar cumprimento às exigências funcionais deste equipamento, cujo projeto comporta novas valências, conforme já foi referido.

Sobre as propostas nada há a referir, no entanto apesar de existir no processo uma Planta que identifica as quatro situações sobre as quais incidem as alterações, essa identificação não tem correspondência no relatório do plano dificultando a análise do processo, aspeto que deve ser revisto.

### **Planta de Condicionantes**

Esta peça é um elemento constituinte do plano, tal como a planta de implantação e o regulamento, devendo, portanto, ser objeto de inequívoca representação das servidões e restrições de utilidade pública em vigor. Neste sentido devem ser atualizadas as condicionantes que recaem sobre a área do plano, em particular a “área de recuperação e reconversão urbanística” convertida na Área de Reabilitação Urbana de Viseu, referida no relatório de fundamentação.

*JunAr*  
*AS*  
*h*  
*g*  
*e*  
*ev.*  
*17*



Ministério do Planeamento e das Infraestruturas  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

*Junta*  
*A3.*  
*for*  
*ef*  
*ev.*  
*HB*

## 5.2 Elementos que acompanham a proposta de alteração ao Plano

O **Relatório** explica adequadamente as razões que motivaram a proposta, procurando enquadrá-la e fundamentá-la, tendo em conta o caminho percorrido para tornar o espaço urbano adequado às atuais solicitações da renovação urbana, sem perder de vista os objetivos estratégicos do Plano.

Contudo, nem sempre é claro quanto à explicitação de cada situação a alterar, uma vez que não há correspondência com as peças gráficas, designadamente com a Planta Identificativa das Alterações, que também não identifica as alterações na legenda. Estes aspetos devem ser melhorados articulando de forma clara os diversos elementos do plano.

O **Extrato do PDM de Viseu – Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo** deve ser apresentado à escala em que o plano foi publicado – 1:25000 e conter a delimitação do PP em apreço.

Sobre os **restantes elementos que acompanham o Plano**, nada há de relevante a observar, de referir, a não ser a necessidade de todas as peças desenhadas terem correspondência no regulamento do plano.

Face à natureza das alterações em apreço, deve ser atualizado o Programa de Execução das Ações Previstas e o Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica, previstos nas als. d) e f), do n.º 2, do artigo 107.º do RJIGT.

Em **face do disposto nos artigos 102.º e 107.º do RJIGT**, que estabelece o conteúdo material e documental, com as devidas adaptações, a alteração em apreço dá, genericamente, cumprimento ao previsto, devendo ser retificados e complementados os aspetos assinalados neste parecer.

## 6. Avaliação Ambiental Estratégica

Nos termos do n.º 2 do artigo 120.º do RJIGT compete à entidade responsável pela elaboração do plano avaliar se o mesmo deve ser sujeito a AAE, com base nos critérios estabelecidos no anexo ao DL 232/2007.

A CMV, na qualidade de entidade responsável pela elaboração da presente alteração, determinou não realizar este procedimento, baseando-se no parecer emitido por esta CCDRC, conforme já foi anteriormente referido.

No entanto, deve justificar tal decisão em relatório com base no RJIGT e no disposto nos n.ºs 2 e 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/06, na sua atual redação e nos critérios anexos a este Diploma.





Ministério do Planeamento e das Infraestruturas  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

Jun Ant  
G  
ev.  
Mb

## 7. Conclusão

Nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do RJIGT, sem prejuízo do parecer a emitir pelas restantes entidades, considera-se que esta proposta de alteração está conforme e compatível com os demais Instrumentos de Gestão Territorial em vigor e dá cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis, com exceção das seguintes:

- N.º1 do art.º 4.º do DL 232/20107, de 15/06, segundo o qual a dispensa da avaliação ambiental estratégica deverá ser sustentada nos critérios do anexo ao referido diploma legal;
- Al. g) do n.º 4 do art.º 107.º do RJIGT, por estar em falta a ficha de dados estatísticos;
- Regulamento n.º 142/2016, de 9/02, pelo facto de a cartografia e as respectivas legendas não darem cumprimento aos requisitos legais.

Face ao exposto, propõe-se que seja, pela CCDRC, emitido parecer **favorável** à proposta de alteração ao plano, devendo, contudo, proceder-se à correção e completamento do processo de acordo com os aspetos identificados neste parecer, em particular os referidos neste ponto.

### Direção-Geral do Território

O representante da Direção-Geral do Território, Eng.º Luís Antunes, transmitiu o respetivo parecer, com o seguinte teor:

#### 1. Rede Geodésica

- 1.1. Todos os vértices geodésicos pertencentes à Rede Geodésica Nacional (RGN) e todas as marcas de nivelamento pertencentes à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP), são da responsabilidade da Direção-Geral do Território (DGT). A RGN e a RNGAP constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação, realizados em território nacional e encontram-se protegidos pelo Decreto-Lei n.º 143/82, de 26/04.
- 1.2. Relativamente à Rede Geodésica Nacional, deverá ser respeitada a zona de proteção dos marcos, que é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio e assegurado que as infraestruturas a implantar não obstruem as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação. Caso se verifique que no desenvolvimento de algum projeto seja indispensável a violação da referida zona de respeito de algum vértice geodésico, deverá ser solicitado à DGT um parecer sobre a análise da viabilidade da sua remoção, de acordo com os Artigos 22º e 23º do Decreto-Lei n.º 143/82, de 26/04.



Ministério do Planeamento e das Infraestruturas  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

*Justiça*  
*A*  
*cf*  
*ev.*  
*HT*

1.3. Da análise da informação remetida, verificou-se que não existe nenhum vértice geodésico dentro da área de intervenção deste Plano de Pormenor.

1.4. No que respeita à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP), informa-se que existem as marcas de nivelamento indicadas no documento anexo, cuja integridade deverá ser preservada.

## 2. Cartografia

2.1 A cartografia de base não é homologada, violando o estabelecido no n.º 5 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19/09, bem como o constante do n.º 1 do artigo 3º do Regulamento n.º 142/2016, de 09/02;

2.2. Em todas as peças desenhadas não é apresentada a legenda referente à cartografia de base, as coordenadas cartográficas estão introduzidas dentro da cercadura cartográfica e não é indicado o valor da Precisão Posicional Nominal de cada uma das peças, conforme exigido no artigo 9º do Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro;

2.3. Na peça desenhada "09-PLANTA DE ESTRUTURA VERDE-MAR2018.pdf" além das omissões acima assinaladas, não são indicadas nem a quadrícula cartográfica nem as correspondentes coordenadas cartográficas, conforme exigido no artigo 9º do regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro.

## 3. Limites Administrativos

No âmbito da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) verifica-se que a área em questão se insere na cidade de Viseu e se localiza no interior da freguesia de Viseu.

Como tal, as peças não necessitam de conter a representação dos limites administrativos.

## 4. Conclusão

O parecer da DGT é **desfavorável** até que se sejam solucionadas as questões apresentadas de 2.1 a 2.3 do ponto 2 – Cartografia. Também se recomenda que seja levado em consideração o referido em 1.4 do ponto 1. Rede Geodésica.

Na sequência do parecer desfavorável desta entidade, a Câmara Municipal de Viseu esclareceu que as alterações ao Plano de Pormenor incidem em 4 pequenas áreas, manifestando o seu desagrado perante um parecer abstrato, tão exigente e indiferente à substantiva realidade decorrente da alteração proposto.



Ministério do Planeamento e das Infraestruturas  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

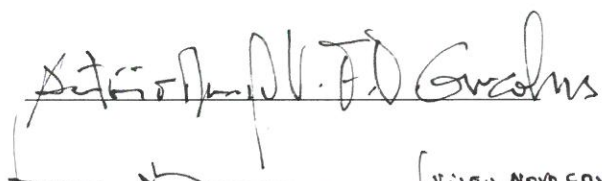


**III – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO PROCEDIMENTAL**

Face ao parecer desfavorável da Direção-Geral do Território, o representante desta Entidade propôs a realização de uma reunião de concertação, a realizar nos termos do art.º 87.º do RJIGT, por forma a ultrapassar as objeções por si formuladas.

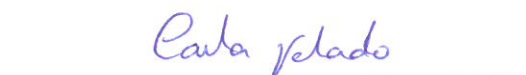
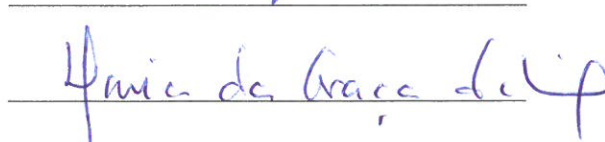
Sem mais assunto, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a qual será.

A presente ata, demais pareceres emitidos e os resultados da concertação, devem acompanhar o processo a submeter a discussão pública, nos termos do RJIGT (artigo 89º, n.º 1).

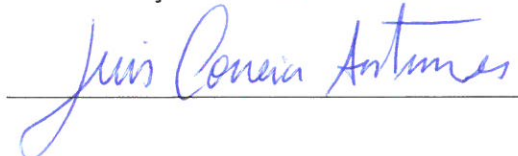
**Câmara Municipal de Viseu**

  
\_\_\_\_\_  
(VISEU NOVO SRV).  
  
\_\_\_\_\_  
(VISEU NOVO SRV)  
  
\_\_\_\_\_

**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

**Direção-Geral do Território**

  
\_\_\_\_\_

Anexos:

- Folha de presenças
- Rede de Nivelamento Geométrico(DGT)



## REDE DE NIVELAMENTO GEOMÉTRICO

MARCA : 028

LINHA : 12 - 00 ALBERGARIA A VELHA VILAR FORMOSO  
SECÇÃO : 05 - 00 S. Pedro do Sul Viseu

DISTRITO : VISEU  
CONCELHO : VISEU  
FREGUESIA : VISEU (S. JOS )

FOLHA 1/50000 : 17-A TOTAL TESTEMUNHAS : 2

ALTITUDE HELMERT 1938 : 442.992 m

COORDENADAS APROXIMADAS :

M = 18.7 km

P = 110.7 km

DESCRIÇÃO :

EN n° 16 , ao Km 93.7520 , LADO ESQ.

Cimentada em Viseu, no canto esquerdo do degrau inferior do monumento a Viriato.

TESTEMUNHA NR. : 1 [Marca 028]

LINHA : 12 - 00 ALBERGARIA A VELHA VILAR FORMOSO  
SECÇÃO : 05 - 00 S. Pedro do Sul Viseu

ALTITUDE HELMERT 1938 : 443.168 m

DESCRIÇÃO :

EN n° 16 , LADO ESQ.

Cimentada no canto direito do segundo degrau do monumento ao Viriato.

TESTEMUNHA NR. : 2 [Marca 028]

LINHA : 12 - 00 ALBERGARIA A VELHA VILAR FORMOSO  
SECÇÃO : 05 - 00 S. Pedro do Sul Viseu

ALTITUDE HELMERT 1938 : 442.991 m

DESCRIÇÃO :

EN n° 16

No mesmo canto da marca roda 28, tem a inscrição L.U. 8